



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ARENÁPOLIS
DIRETORIA DO FORO**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N. 14/2016/DF

O Doutor **Luís Felipe Lara de Souza**, MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Arenápolis/MT, em Substituição Legal – no uso de suas atribuições,

RETIFICA o Edital n. 13/2016/DF, nos seguintes termos:

1 – DAS INSCRIÇÕES E DA DATA DA PROVA DEVERÃO CONSTAR:

1- **1.3.** As inscrições serão realizadas gratuitamente e recebidas, exclusivamente, na Diretoria do Foro da Comarca de Arenápolis, ou, também, pelo correio. Os documentos previstos deverão ser postados via correio, por carta registrada com AR ou SEDEX, e deverão chegar ao endereço indicado até um dia antes da data limite para o final da inscrição, ou seja, os documentos deverão chegar até o dia 29.09.2016, para o seguinte endereço: Diretoria do Foro da Comarca de Arenápolis, - situado na Rua Presidente Costa e Silva, 410, Bairro Vila Nova, CEP: 78.420-000. Arenápolis-MT;

1- **1.5.** A prova será aplicada no **dia 13/11/2016, com início às 8h00min (horário do Mato Grosso)**, a realizar-se na Escola Estadual Prefeito Alfredo Araújo Granja, sito a Avenida Daury Riva nº 300 – Vila Nova – Arenápolis-MT.

2- DO ANEXO I DEVERÁ CONSTAR:

Anexo I – O Conteúdo Programático para o Processo Seletivo para credenciamento de Conciliadores das Varas e dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Arenápolis/MT. abordará as áreas de conhecimento, constantes do **anexo V do Edital 006/2011/PRES**, quais sejam:

1. LÍNGUA PORTUGUESA: Ortografia Oficial. Acentuação Gráfica. Flexão Nominal e Verbal. Pronomes: emprego de formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do Verbo. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Ocorrência de crase. Pontuação.

2. DIREITO CONSTITUCIONAL: A Constituição: conceito e classificação. Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais. Mandado de Segurança. *Habeas Corpus*. Recurso Extraordinário.

3. DIREITO CIVIL: Das pessoas: naturais e jurídicas. Dos fatos: negócio e atos jurídicos. Dos atos ilícitos. Direito das Obrigações. Direito das Coisas (Da posse -classificação,

aquisição, efeitos, perda e proteção possessória; da propriedade móvel e imóvel - da aquisição, usucapião, direitos de vizinhança, perda da propriedade móvel e imóvel) Prescrição e Decadência. Direito do Consumidor. Lei 8.078/90 (CDC).

4. PROCESSO CIVIL: Condições da Ação. Pressupostos processuais. Audiência. Conciliação. Instrução e Julgamento. Provas. Depoimento Pessoal. Confissão. Exibição de Documento ou Coisa. Prova Documental. Prova Testemunhal.

5. DIREITO PENAL: Da aplicação das penas. Do crime. Das penas, das espécies de penas. Tipos Penais no Código Penal e nas Leis Especiais: Contravenções. Trânsito. Ambientais. Da Aplicação da Pena. Execução Penal. Código do Consumidor (penas). Lei do Porte de Arma. Conversão da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade em Privativa de Liberdade.

6. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Do Processo em Geral. Do Inquérito Policial. Da Ação Penal. Da Competência. Da Prova. Da Citação e Intimações e da Sentença.

7. LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS: Lei 9.099/95 e 10.259/01. Lei Estadual 6.176/03. Resoluções e provimentos específicos aos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, Enunciados Nacionais e Estaduais.

8. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: LEI ESTADUAL N.º 4.964/85 (COJE) - LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 270/2007 DE 02 DE ABRIL DE 2007 (Institui nos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso o Juiz Leigo e o Conciliador, como Auxiliares da Justiça e dá outras providências) - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS ESTADUAIS - REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS - LEI ORDINÁRIA Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 (Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal) - LEI ORDINÁRIA Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (Institui o Código de Trânsito Brasileiro) - LEI ORDINÁRIA Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências) - LEI ORDINÁRIA Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências) - LEI ORDINÁRIA Nº 9.605, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1998 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências) - LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 38, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1995 (Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências).

Os interessados deverão verificar o regulamento no Edital nº 006/2011/PRES. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e que ninguém, no futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital de Retificação, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

Arenápolis, 06 de setembro de 2016.

LUIS FELIPE LARA DE SOUZA

Juiz de Direito Diretor do Foro em Subst. Legal